

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

FACULDADE DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS –
FADIR

Curso de Relações Internacionais

**Políticas do Governo Obama após a crise do subprime: A volta de Keynes e do
Keynesianismo**

Daniela Cristina Bermejo

Dourados-MS

Fevereiro/2014

Universidade Federal da Grande Dourados

Graduação em Relações Internacionais

**Políticas do Governo Obama após a crise do subprime: A volta de Keynes e do
Keynesianismo**

Daniela Cristina Bermejo

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Banca Examinadora da
Universidade Federal da Grande
Dourados, como pré-requisito para
obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais, sob a orientação
do Prof. Hermes Moreira Junior.

Dourados-MS

2014

Dedico este trabalho aos meus pais Marcos e Nilcéia; meu irmão Bruno e demais familiares e amigos que acreditaram em mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por todas as bênçãos proporcionadas em minha vida, por ter me dado saúde, força, esperança e animo para conseguir enfrentar os obstáculos que surgiram ao longo desses quatro anos de graduação e enfim, conseguir realizar o meu sonho de ser bacharel em Relações Internacionais.

A toda minha família, especialmente aos meus pais Marcos e Nilcéia, por terem me apoiado nessa jornada de quatro anos e por terem feito tudo que estavam aos seus alcances para a concretização deste sonho. Aos meus queridos avós Marlene e Eugênio por terem me socorrido nos momentos em que precisei ajudando a continuar com meus estudos em Dourados. A minha querida avó Dora por ter me ensinado a ler e a escrever, tomando gosto pelos estudos. Ao meu querido irmão Bruno apesar da distância sempre esteve presente em minha vida proporcionando gostosas gargalhadas.

Um agradecimento especial a meu professor orientador Hermes Moreira Junior, pela imensa paciência, pelos esclarecimentos, pela orientação, pela dedicação, pela grande ajuda e por acreditar neste trabalho, sem ele nada disso teria sido possível. Meu obrigado aos demais professores do curso de Relações Internacionais, sempre dedicando e contribuindo para o engrandecimento da minha formação acadêmica.

Aos meus colegas do curso de Relações Internacionais, sem vocês a faculdade não seria a mesma, obrigada pela amizade, pelas alegrias e desesperos compartilhados nesses quatro anos. Aos meus queridos amigos de Assis que apesar da distância me apoiaram e torcerem por mim. Aos meus amigos administrativos e técnicos da DCU por terem me ajudado a elaborar o meu pré-projeto dando inicialmente à ideia da formação desta pesquisa.

Por fim, ao meu anjo da guarda Julio Vinicius, sem a sua ajuda, sua dedicação, seu carinho e seu verdadeiro companheirismo, eu não teria terminado o TCC. Obrigada por ter sempre me apoiado e acreditado em mim, sem sua força não teria conseguido. Obrigada por ter feito parte desta jornada e por ter tornado a minha faculdade tão especial.

Muito obrigada a todos vocês!

RESUMO

Após a crise dos subprimes os EUA vêm enfrentando obstáculos para conseguir driblar seus problemas econômicos. Com a eleição do presidente Barack Obama novas propostas para livrar os EUA da crise surgiram. Apesar de possuírem uma origem liberal, as novas propostas do governo Obama tem o intuito de trazer de volta as políticas Keynesianas, essas novas medidas vem proporcionando cada vez mais melhorias na economia norte-americana. Contudo, também traz consigo novos empecilhos enfrentados pela própria política estadunidense.

PALAVRAS – CHAVE:

1) Keynes; 2) Crise; 3) Subprime

ABSTRACT

After the subprime crisis the U.S. are facing obstacles to get to dodge their economic problems. With the election of President Barack Obama new proposals to rid the U.S. of the crisis emerged. Despite having a liberal source, the new proposals of the Obama's administration aims to bring back the Keynesian policies, these new measures is increasingly providing improvements in the U.S. economy. However, it also brings new obstacles faced by U.S. policy itself.

KEY - WORDS:

1) Keynes; 2) Crisis; 3) Subprime

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I – Keynes, A “Idade de ouro” do Keynesianismo e a Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda.....	10
CAPÍTULO II – A Crise dos Subprimes: Como tudo começou	18
CAPÍTULO III - AS Medidas Keynesianas adotadas no pós-crise pelo governo Obama	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41

INTRODUÇÃO

O objetivo da pesquisa é analisar que as políticas adotadas pelo governo Obama após a crise do subprime são políticas de origem Keynesianas. A crise dos subprimes iniciou-se em 2008, minha proposta é levantar dados da recuperação econômica dos EUA e demonstrar que há correlação com as propostas dadas por Keynes em seu livro a Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda.

A pesquisa será dividida em cinco partes: introdução, capítulo I, capítulo II, capítulo III e considerações finais. No capítulo I tratarei sobre Keynes, a “Idade de Ouro” Keynesianismo e sobre o seu livro a Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda.

O capítulo II terá uma explicação sobre o neoliberalismo na economia norte-americana e a origem/história da crise do subprime. A ideia é apontar os elementos que levaram a crise acontecer de acordo com a perspectiva Keynesiana, existe várias interpretações, porém, nesta pesquisa será abordada a ideologia neoliberal aplicada desde o governo Reagan como causadora da crise do subprime.

No capítulo III, escreverei sobre as políticas adotadas pelo governo Obama pós-crise e as relacionarei com as teorias propostas por Keynes em seu livro a Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda.

Antes, durante e após a Grande Recessão, proposta para controlar e retroceder a crise, para transformar e reconstruir o sistema monetário internacional surgiu, Keynes esteve presente em todo o processo. E em cada momento apontou novas formas de reconstrução e equilíbrio no sistema monetário internacional e para o próprio mercado financeiro internacional.

Suas propostas no primeiro momento foram rejeitadas, porém, com o passar do tempo elas se tornaram o único meio de sobrevivência do capitalismo. Portanto, o governo dos EUA passou a adotar políticas de bem-estar social ao injetarem maiores recursos no fluxo de gastos, sem a alteração do estoque de capital, permitindo o estabelecimento do emprego. Pois, as despesas governamentais diferentes dos investimentos de capital, não teriam problema com o desemprego, no próximo período.

Outras políticas keynesianas foram adotadas como forma de retroceder a Grande Depressão e conseguiram alcançaram seu objetivo. Mas, após a Segunda Guerra Mundial o sistema monetário internacional precisava passar por uma reconstrução, os EUA haviam saído vitoriosos e era o maior país superavitário do momento.

Keynes foi representante da Inglaterra na Conferência de Bretton Woods e uma de suas propostas foi a de inserir uma nova moeda internacional como forma de reconstrução do sistema monetário internacional. Novamente em primeiro momento sua proposta não foi aceita, mas ao decorrer dos fatos, o sistema de Bretton Woods acabou atuando como Keynes havia proposto.

Com o passar dos anos, Bretton Woods chegou ao fim o que deu origem a novas formas de atuação no mercado financeiro internacional e na própria economia internacional, novas medidas foram adotadas e o neoliberalismo atuando no sistema financeiro foi uma delas.

Portanto, a pesquisa discorre por todos esses momentos para explicar que a atual crise do subprime é uma crise das finanças desregulamentadas, uma crise de confiança. No mundo atual a globalização permitiu que as relações financeiras com vários instrumentos financeiros fossem interligadas, o que gera uma crise financeira mundial e o neoliberalismo foi à chave para isso.

Por isso, a ideologia neoliberal consiste na eficácia que os bancos são mais eficientes que os Estados e assim, podem ser autorregulados, esta ideologia concretizou-se desde o governo de Reagan, que a transformou em um instrumento de soft Power americano.

Os economistas Fernando Ferrari e Luiz Paula em seu artigo Pode “Ela” Acontecer de Novo? discorrem sobre o assunto afirmando que a crise subprime é uma crise de confiança, que levou bancos mesmos quando estavam solventes a situações de falências. E isso só se tornou possível, devido ao surgimento da onda neoliberal nos anos de 1970, tornando os mercados financeiros desregulados. (p.2).

Após, terem sua economia fragilizada o governo dos EUA agiu de forma rápida adotando políticas que garantissem o pleno emprego e injetando dinheiro público na compra dos ativos financeiros para estabilizar os valores e evitar uma recessão mais profunda. Cinco anos passaram desde o início da crise subprime e a recuperação dos EUA vem tornando-se cada vez mais robusta.

Capítulo I

Keynes, A “Idade de ouro” do Keynesianismo e a Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda.

Keynes

John Maynard Keynes¹ nasceu no dia 5 de junho de 1883, é filho de Florence Ada Keynes e de John Neville Keynes. Estudou matemática na universidade de Eton e em 1905 graduou-se, após conhecer Alfred Marshall (economista que dominou a economia anglo-americana por quarenta anos, até falecer em 1924) começou a se interessar por economia e iniciou seus estudos na universidade *King's College* em Cambridge.

Ao terminar o curso na *King's College*, Keynes participou de um concurso para entrar no Serviço Público, classificando-se em segundo lugar entre os cento e quatro candidatos. Ao passar no concurso, foi enviado a trabalhar no Ministério da Índia, a partir daí começou a trabalhar em seus livros, um tratado técnico sobre a teoria das probabilidades e após este sobre o dinheiro hindu.

Em 1908, era professor universitário na faculdade de Cambridge, a *King's College* e no ano de 1911 além de professor universitário tornou-se também editor do *Economic Journal*, ambos os cargos ele os ocupou até a sua morte que ocorreu no ano de 1946.

Keynes ao ingressar no Tesouro em 1915, com o início da Primeira Guerra Mundial, dividia suas funções em:

tomar os lucros britânicos do comércio internacional, os dividendos provenientes de empréstimos lançados no mercado dos Estados Unidos e a receita oriunda de títulos subscritos e vendidos no exterior e fazer com que esse dinheiro cobrisse todas as possíveis compras de tempo de guerra no estrangeiro. E ajudou os franceses e russos a fazerem o mesmo. Não havia nenhum toque de magia, como muitos depois insinuaram. A habilidade econômica não se estende ao ponto de conseguir muito em troca de nada. Mas um espírito proficiente e engenhoso sempre são úteis, e isso Keynes tinha de sobra. (GALBRAITH: 197-198).

Ao terminar a Primeira Guerra Mundial, Keynes reintegrou-se como delegado titular da Conferência de Paz em Versalhes. Porém, em 1919, ao discordar dos Termos do Tratado pediu demissão do cargo.

¹ Foi reunido uma série de artigos, capítulos e prefácio para escrever sobre a vida de John Maynard Keynes, dentre eles se destacam, ABREU, Marcelo, Prefácio. *As Consequências Econômicas da Paz*, KEYNES, HUNT e SHERMAN, *História do Pensamento Econômico*, Cap. XI – A Teoria Econômica Keynesiana e a Grande Depressão, 5ª edição, GALBRAITH, John Kenneth, *A Crise Econômica de 1929 - Anatomia de uma catástrofe financeira*, Cap. VI, A Derrocada, Publicações Dom Quixote e GALBRAITH, John Kenneth, *A Era da Incerteza*, Cap.VII, A Revolução dos Mandarins, pág.195.

Ao voltar de Paris publicou o livro *Economic Consequences of The Peace*, que traduzido para português ficou “As consequências Econômicas da Paz”. Neste livro, Keynes denuncia os termos do Tratado, que reintegraram a Alemanha no concerto europeu das nações.

Keynes acreditava que as cláusulas de reparação do Tratado eram absurdas e abusivas, os valores a serem pagos pela Alemanha como retaliação eram exorbitantes, levando o país e qualquer outro a falência. E após o fim da Primeira Guerra Mundial, as preocupações sobre as reparações e dívidas interaliadas de Keynes, foram comprovadas.

Nos meados de 1920, Keynes escreveu *‘The Economic Consequences of Mr Churchill!’*, travando sua principal batalha no terreno da política econômica, ao criticar a decisão de Churchill em acatar a volta da libra ao padrão dólar e debateu que havia ao menos uma desvalorização de 10% em relação à paridade de 1914. Porém, na metade do século XX, o desempenho da economia britânica foi considerado fraco e havia vulnerabilidade do balanço de pagamento o que indicaram que as críticas de Keynes eram sensatas. A análise que Keynes elaborou em *As Consequências Econômicas de Winston Churchill* previu também dois acontecimentos no sistema econômico, a greve geral na Inglaterra em 1926 e a crise mundial de 1929.

Keynes esteve presente nas políticas públicas, participou da tentativa de reconstrução de um novo liberalismo, no controle do *Nation and Atheneum*, um seminário que pretendia influenciar a posição do Partido Liberal (que em 1931 esse mesmo partido se fundiria com o *New Statesman* para torna-se o *New Statesman and Nation*, partido dos liberais e trabalhistas que convergiu na Crise de 1929). Escreveu *‘Can Lloyd George do it?’ (1929)*, onde esboçou sua teoria sobre o que ocasionava a causava do desemprego.

No ápice da Crise de 1929, novamente as ideias de Keynes não foram ouvidas, os membros do *Macmillan Committee* não o escutaram quando este lhes disse que a saída da crise dependia do aumento de investimentos e da substituição de importações e não da desvalorização cambial e cortes de salários como estavam fazendo. Era simples, o governo faria empréstimos e gastaria os fundos decorrentes, esses empréstimos contribuiriam para o aumento de recursos nos depósitos bancários, o gasto seria do governo e então, repassado aos trabalhadores e para os outros que recebessem o dinheiro, isso permitiria que não houvesse um desequilíbrio, portanto, não só criaria dinheiro como esforçaria sua aplicação.

Porém, seu esforço o levou a escrever o “*Treatise on Money*” em 1930 e no final de 1933, enviou uma carta a Franklin D. Roosevelt, a qual foi publicada no *New York Times*, um trecho a resumia por completo: “Dou máxima importância ao aumento do poder aquisitivo nacional resultante das despesas feitas pelo governo, que são financiadas pelos empréstimos...”, sua carta foi uma ótima maneira de comunicar-se e no ano seguinte, Keynes o visitou. Em 1936, escreveu sua obra mais conhecida *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*.

Em 1937, a recuperação da Crise de 1929, designada como a Grande Depressão vinha ocorrendo, porém, mesmo com a retratação que levou Washington a reconsiderar as ideias de Keynes, a diminuição do desemprego continuava. Com os preços subindo, reduziram as despesas, aumentaram os impostos e equilibraram o orçamento federal, enquanto o orçamento equilibrava a recuperação mantia-se em pausa e então houve o colapso. As ideias de Keynes nunca haviam sido tão sensatas.

Quando a guerra estourou na Europa (em 1939), 17% dos trabalhadores americanos estavam desempregados e no ano seguinte 14,6% continuavam desempregados, eram em torno de 9,5 milhões de pessoas sem emprego. Keynes entrou de cabeça nas questões econômicas e financeiras de guerra britânica, contribuiu com o panfleto *‘How to Pay for the War’18*, que falava sobre o racionamento e a sua eficácia, como o custo desta implantação, trabalhou continuamente no Tesouro onde obteve a primeira estimativa de contas nacionais por James Meade e Richard Stone, conduziu a criação de mecanismos de poupança compulsória através do congelamento de renda acima de certo limite com liberação diferida para o pós-guerra. E, também, sugeriu acordos de pagamentos assinados pela Grã-Bretanha com muitos países, inclusive o Brasil, o que os tornou importantes financiadores do esforço de guerra.

A “Idade de Ouro” do Keynesianismo

O sistema monetário internacional estava desorganizado desde a Grande Depressão dos anos 30 e com o fim da Segunda Guerra Mundial houve a tentativa de reconstruí-lo. Os EUA haviam saído vitoriosos da Segunda Guerra Mundial e a vitória não foi somente contra o eixo Alemanha-Japão-Itália, mas, do ponto de vista econômico haviam derrotado toda a Europa Ocidental. E com essa posição de poder que os EUA haviam adquirido, foi construída a ordem financeira e monetária internacional do pós-guerra.

Keynes representou a Inglaterra em 1944 na Conferência de Bretton Woods, participou das negociações sobre como deveria ser a ordem internacional após a guerra

terminar e propôs uma espécie de moeda mundial. Uma moeda que não seria de nenhum país específico para permitir a estabilidade nas relações econômicas. Para Keynes o sistema monetário internacional tendia a impor um viés deflacionista à economia mundial, por isso, pensava em formas de evitar esse viés. (SERRANO, 2007:179).

E para isso ser possível, a moeda internacional não deveria ser o ouro, pois, Keynes a considerava cara, ineficiente e inadequada a um sistema financeiro moderno. Também não poderia ser a moeda de um país específico, senão este país teria vantagem perante aos outros países de fechar suas contas externas com sua própria moeda. Por isso, Keynes propôs uma moeda nova, o “Bancor”, que seria usada somente para pagamentos internacionais e seria emitida por uma autoridade monetária verdadeiramente internacional.

Keynes argumentava que o sistema monetário internacional deveria incluir regras que não só fizessem os países deficitários a economizar divisas, mas que também levassem os países superavitários a expandir suas economias e suas importações, para que a economia mundial pudesse caminhar em direção ao pleno emprego.

Para um crescimento da economia e do comércio internacional, os fluxos de capitais de curto prazo teriam que ser fortemente controlados, para evitar que movimentos especulativos na conta de capital atrapalhassem o ajustamento externo dos países, permitindo que as taxas de câmbio e as reservas internacionais fossem administradas de acordo com as mudanças na competitividade real e nos níveis de atividade produtiva das diversas economias. Esse era o esquema que Keynes queria propor em Bretton Woods, porém, essa não foi a ideia aprovada.

A proposta aprovada em Bretton Woods por influência da delegação americana era contrária à proposta de Keynes, a não ser pelo fato de que foram aceitas as restrições aos fluxos de capital de curto prazo.

A proposta aprovada baseava-se em um sistema no qual as moedas-chaves seriam teoricamente o ouro, o dólar e a libra, mas em sua operação prática era somente o dólar, já que a libra permanecia com o papel secundário dado o alto grau de endividamento externo em ouro e dólares da Inglaterra. E o FMI se transformou numa fonte de liquidez de emergência com recursos bastante limitados e uma espécie de cobrador dos credores internacionais, com a implicação de que todo o ajuste sempre recairia sobre os países deficitários. A proposta aprovada dava poder para os países superavitários e naquele momento os EUA eram o maior país superavitário.

Apesar de terem sido aderidas propostas contrárias a de Keynes, o período em que o sistema de Bretton Woods perdurou foi considerado a “Idade de Ouro” do Keynesianismo. Serrano explica que esse paradoxo ocorreu através de três diferentes sistemas de Bretton Woods, o primeiro seria o sistema “utópico” proposto por Keynes; o segundo são as regras aprovadas no acordo e o terceiro é a maneira pela qual o sistema foi administrado na prática. (SERRANO, 2007:183-184).

A prioridade da política externa americana exemplifica pelo Plano Marshall mudou de direção, após o início da Guerra Fria. Suas prioridades passaram a ser a reconstrução e o desenvolvimento rápido dos países da orbita capitalista. Os EUA começaram a operar de forma benigna ao estimular o crescimento dos demais países e por esse motivo que o sistema de Bretton Woods acabou operando em grande parte da forma que Keynes propôs.

E isso se tornou possível através da decisão da política americana de recuperar e desenvolver as economias capitalistas tanto na Europa quanto na Ásia, para defender o “mundo livre” da ameaça do comunismo. (SERRANO, 2007: 184).

Keynes mostrará que após a Primeira Guerra o poder de decisão já não era mais descentralizado e as condições de pobreza das massas estavam alteradas. Isso demonstrava que não existiam mecanismos suficientes para uma utilização dos recursos adquiridos por meio da transformação da poupança em investimentos, pois, isso só poderia ocorrer se a população fosse pequena e houvesse grandes investimentos no setor industrial como no capitalismo do *laissez-faire*.

Com a guerra a teoria de Keynes foi aplicada e as despesas governamentais dobraram várias vezes, como também o déficit, antes do ano de 1942 chegar ao fim, o desemprego já era mínimo.

Porém, em 21 de abril de 1946 Keynes não aguentou e faleceu de ataque cardíaco, não presenciando o seu feito.

A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda.

Intitulado de *The General Theory of Employment Interest and Money*, em português A Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda. Keynes nunca teve uma sombra de dúvida sobre a influência que este livro causaria nas pessoas. Pouco antes de publicado, em 1936, Keynes disse a George Bernard Shaw que o livro iria “em grande parte revolucionar... a maneira como encaram os problemas econômicos”.

Antigamente o sistema econômico ou qualquer sistema capitalista encontrava seu equilíbrio no pleno emprego, abandonado a si mesmo, era desse modo que atingia o

ponto de repouso. Fábricas, indústrias e trabalhadores considerados improdutivos eram falhas temporárias. Keynes provou que a nova economia poderia simplesmente encontrar seu ponto de equilíbrio apesar destas “falhas” (o problema de desemprego), o que levou ao nome de equilíbrio de subemprego. Este equilíbrio era adquirido através dos esforços individuais como também, o das empresas, em economizar mais a sua renda e aplica-la, para que não houvesse uma queda no poder aquisitivo. Isso acontecia porque dessa maneira a poupança acabava sendo totalmente investida e se acontecesse um superávit na poupança, as taxas de juros cairiam e isso garantiria sua aplicação.

A teoria de Keynes não é muito diferente de Marx e Hobson, já que os três acreditavam que uma depressão econômica era causada por uma inabilidade dos capitais ao encontrar oportunidades de investimentos, que conseqüentemente tornava impossível equilibrar os níveis crescentes da poupança gerados pelo crescimento econômico.

Mas foi Keynes que conseguiu comprovar que a relação poupança/renda devolvia uma situação de estabilidade econômica indicada por baixos níveis de renda e altos índices de desemprego. Keynes não negava que toda a poupança era investida, contudo, provou que isso podia ser realizado por meio de uma queda de produção ou até mesmo do emprego, essa queda geraria uma redução na rentabilidade, transformando lucros em prejuízo, reduzindo a renda dos trabalhadores, o investimento e a poupança, o que faria com que a poupança estivesse no mesmo patamar que o investimento.

Isso ocorria, porque o processo fluxo circular assim chamado era constituído através da forma que o dinheiro procede das empresas para o público, como os salários, as rendas, os juros e os lucros e esse mesmo dinheiro acaba retornando para as empresas quando o público adquire coisas e serviços oferecidos por ela. Esse processo continua até a empresa puder vender tudo que foi produzido e conseguir uma boa margem de lucros, por isso o nome fluxo circular.

No entanto, o fluxo circular apresenta vazamentos, pois, nem todo o dinheiro retorna para as empresas, porque nem todas as famílias dependem de toda a sua renda, algumas poupam seu dinheiro e essa parte acaba nos bancos em forma de poupança. Contudo, esse vazamento pode ser preenchido por pessoas que pedem empréstimos e dependem de quantias a mais de seus salários.

Há também a casos onde as pessoas podem obter coisas e serviços de empresas estrangeiras, o que permite que esse dinheiro deixe de ser gasto dentro do país e também não podemos esquecer que as pessoas pagam impostos e que esse dinheiro é retirado da renda delas.

Por isso, Keynes acreditava que existem três tipos de vazamentos, a poupança, a importação e os impostos e três soluções: A primeira seria sobre as importações que poderiam ser igualadas pelas exportações, os estrangeiros poderiam comprar bens e serviços dos EUA à mesma quantidade de bens e serviços que é importada pelo país. Segunda, os impostos seriam utilizados para custear a compra de bens e serviços, isso equilibraria o orçamento e o governo poderia compensar o recolhimento fiscal no luxo de despesas. Por fim, a terceira solução se resumiria nos empresários que possuem interesses em ampliar seu capital, pois estes poderiam financiar seus investimentos através de empréstimos nos bancos onde estivessem depositadas as poupanças, isso compensaria o vazamento representado pelas poupanças. Esta solução ao adicionarem o fluxo rendas e despesas poderá controlar os três vazamentos mencionados, pois, os gastos se equilibrariam ao valor das produções e o que for produzido será vendido, a prosperidade retornar⁸.

Pois, ao elevar o nível de rendas a maior porcentagem delas é transformada em poupança, isso ocorre por conta que a poupança total é equivalente ao crescimento da renda da sociedade. Necessariamente os investimentos precisam crescer mais do que as rendas, para assim absorver a poupança. Porém, a economia é um todo, as empresas e indústrias decidem o mesmo, retraindo a produção o que leva ao aumento do desemprego e a diminuição da renda, ou seja, sem renda sem consumo de bens e serviços. Novamente, por não venderem, as empresas e indústrias diminuem ainda mais a produção, o que gera um círculo vicioso. O que compromete a rentabilidade e converte os lucros em dano, diminuindo a renda pessoal, o investimento e a poupança. A grande solução era a de que o governo deveria encurtar os empréstimos e investir mais e ao fazer isso, a poupança seria compensada pelo investimento a um nível alto e não baixo de produção e emprego.

Contudo, o poder político, a riqueza e o seu poder econômico caminham de mãos dadas e os poderosos que lhe dão às mãos para caminhar lado a lado, não se abdicariam desse poder para salvar o sistema econômico.

A grande solução proposta por Keynes é definida de forma simples, ao serem superados os investimentos da poupança, o governo deveria retirar o excesso de poupança por meio dos empréstimos e investiria o dinheiro em projetos de ação social, projetos que não aumentassem a capacidade produtiva da economia e não diminuíssem as oportunidades de investimentos no futuro. O governo deveria investir em obras de utilidades públicas, como construção de escolas, hospitais, parques entre outros, ao

investirem maiores recursos no fluxo de gastos, criaria novas condições para o estabelecimento do pleno emprego, sem a alteração no estoque de capital. Pois, ao contrario dos investimentos de capital, as obras do governo não seriam difíceis de ser atingidas com o pleno emprego em futuro próximo.

Diferente da teoria neoclássica e do próprio monetarismo contemporâneo, Keynes acredita que o capitalismo é uma economia monetária da produção e não uma simples economia monetizada.

Por isso, a preocupação com a existência de uma demanda efetiva, isto é, de uma procura monetária global pela produção capaz de fazer retornar ao capitalista uma quantia de dinheiro esperada, isto é, capaz de cobrir seus custos e fornecer-lhe o lucro. Daí também a discordância básica de Keynes com a teoria econômica convencional que, ao eliminar a partir de seus pressupostos o dinheiro, eliminava a possibilidade de se estender as crises capitalistas e de sugerir medidas adequadas para superá-las. (LIMA: 127).

Keynes não diferenciava a economia da ética ou da moralidade, ele se preocupava com as questões sociais por isso, usava de seu poder de análise econômica correlacionado com aspectos quantitativos ou estatísticos, diferente de outros economistas influenciados por Lionel Robbins, que desligavam a economia de fatores morais e éticos. Daí as observações de Keynes para Roy Harrod:

“Parece-me que a Economia é um ramo da lógica, um modo de pensar; e que você não consegue afastar-se suficientemente das tentativas de torná-la uma ciência pseudonatural... Em segundo lugar, em oposição a Robbins, a Economia é essencialmente uma ciência moral e não uma ciência natural. Isto é, ela se utiliza da introspecção e de julgamentos de valor...” (LIMA: 124).

As teorias de John Maynard Keynes revolucionaram a década de 1930 e perpetuaram por muitos anos, o que deu origem aos pós-keynesianos.

Capítulo II

A Crise dos Subprimes: Como tudo começou

No capítulo anterior é discorrido que após a Segunda Guerra Mundial, as relações internacionais e até mesmo a forma de atuação do Estado tiveram que passar por uma reestruturação, essa foi à forma de impedir que as condições catastróficas que ameaçaram os anos 1930 retornassem. A única solução para garantir a paz, a inclusão social, o bem-estar e a estabilidade econômica era combinar o Estado, mercado e as instituições democráticas.

Uma nova ordem internacional foi constituída com os acordos de Bretton Woods e com outras instituições, como a ONU (Organização das Nações Unidas), o Banco Mundial, o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Internacional de Compensações (Basileia), estes acordos serviram para estabilizar as relações internacionais. David Harvey aborda sobre a nova estrutura do sistema financeiro:

O livre comércio de bens foi incentivado sob um sistema de câmbio fixo escorado na convertibilidade do dólar norte-americano em ouro a um preço fixo. O câmbio fixo era incompatível com os livres fluxos de capital que tinham de ser controlados, mas os Estados Unidos tinham de permitir o livre fluxo do dólar para além de suas fronteiras para que o dólar funcionasse como moeda de reserva global. Esse sistema existiu sob a ampla proteção militar do poder militar norte-americano. Somente a União Soviética e a Guerra Fria impunham limites ao seu alcance global. (HARVEY, 2012: 20).

Essa forma de organização político-econômica é denominada de liberalismo embutido, o liberalismo embutido produziu altas taxas de crescimento econômico nos anos 1950 em países considerados capitalistas avançados, trazendo benefícios, como por exemplo: os mercados de exportação de expansão.

Porém, ao final dos anos 1960 o liberalismo embutido começou a ir arruina, tanto internacionalmente como no nível de economias domésticas, uma grande crise de acumulação estava por vir desencadeando uma fase global de “estagflação”, o desemprego e a inflação só aumentavam e isso, duraria por um bom tempo nos anos 1970.

As políticas Keynesianas já não se mostravam mais compatíveis com o atual cenário dos anos 1970, portanto, houve um debate entre os que apoiavam a social-democracia e o planejamento central contra os que pretendiam liberar o poder corporativo e dos negócios e restabelecer as liberdades de mercado. E já na metade dos anos de 1970, o último grupo deve sua proposta escolhida.

Com a nova proposta, o mundo que era capitalista entrou na era da neoliberalização, seguindo uma série de idas e vindas de experimentos que acabaram

convergindo com uma nova ortodoxia articulosa nos anos de 1990, tornando-se conhecida como o “Consenso de Washington”.

Após a quebra do padrão ouro-dólar em 1971, as políticas neoliberais adotadas na administração de Ronald Reagan (1981-1989) permitiram a quebra das antigas restrições feitas nos anos de 1930, os bancos estavam agindo da mesma forma que outras instituições financeiras, a criação dos mercados derivativos e algumas regulamentações tornaram-se flexibilizadas.

A administração de Ronald Reagan apelidada de “reagonomics” baseava-se em quatro pilares: a redução dos gastos governamentais, o controle da oferta de moeda para a redução da inflação, os cortes dos tributos sobre salários e ganhos do capital e a redução da regulamentação governamental sobre o sistema financeiro. Em 1982, foi aprovada a lei *Gam-St. Germain Depository Institutions Act (Public Law 97-320)*, que motivara uma ampla desregulamentação de cooperativas de depósitos e empréstimos de fundos hipotecários, suas taxas de juros eram ajustadas sempre de acordo com os índices de preços do mercado financeiro. Alguns críticos atuais apontam essa mudança como um dos motivos iniciais a crise do subprime.

A desregulamentação motivada por Reagan desfez com as restrições às hipotecas criadas durante o New Deal e promoveu condições para o crescimento do crédito imobiliário e da especulação.

Também é associada a recente crise, as políticas de desregulamentação adotadas na administração de Bill Clinton (1993-2004). Apesar de manter uma posição centro-esquerda do espectro político, Bill Clinton sancionou em 1999 a *lei Financial Services Modernization Act (Public Law 106-102)*, conhecida como *Gramm-Leach-Bliley Act (GLB)*. A lei permitira a fusão entre bancos, companhias de seguros e firmas de investimento, o oposto das políticas keynesianas.

Pois, enquanto os bancos de investimentos eram separados dos bancos de varejo, as carteiras de investimentos estavam afastadas do dia-a-dia da economia, ou seja, o banco de investimento poderia quebrar sem afetar as carteiras de clientes de varejo, sua quebra não resultaria em uma crise financeira e sim teria um impacto restrito na economia real.

Mas com a aprovação da legislação *GLB* o setor financeiro e seus produtos oferecidos foram modificados, permitindo a aglomeração dos financeiros, já que os clientes normais dos bancos também estariam expostos aos riscos dos grandes investidores. (ZHRAN, CAMARGO, 2011:12).

Ao decorrer dos anos os EUA enfrentaram várias crises, mas a cada crise superada a economia mostrava-se sólida. Houve vários casos, um deles é a falência da companhia de energia localizada no Texas, a *Enron Corporation*. A *Enron Corporation* era a principal distribuidora de energia e comunicações, porém, estava manipulando seus balanços com a ajuda de empresas e bancos. As empresas e os bancos que ajudavam conseguiram esconder suas dívidas por dois anos, cerca de 25 bilhões de dólares. O grupo seguido por denúncias sobre fraudes contábeis e fiscais pediu concordância em dezembro de 2001.

Após esse ato fraudulento ser descoberto, George W. Bush (2001-2009) promulgou a lei *Sarbanes-Oxley Act (Public Law 107-204)*, a lei permitia criar mecanismos que as empresas e seus gestores deveriam adotar, esses mecanismos serviriam como padrões para evitar que as empresas fraudassem seus impostos de rendas. Era uma forma de controlar as brechas que o neoliberalismo havia proporcionado ao sistema financeiro internacional.

Porém, os assessores econômicos da Casa Branca e seus eventuais congressistas republicanos impediram a *Securities and Exchange Commission (SEC)* que aumentasse as regulamentações sobre os fundos de hedge. Ou seja, alguns atos de fraudes poderiam ser vistos e resolvidos, contudo a desregulamentação no sistema financeiro aumentava e proporcionava maiores riscos ao mercado financeiro internacional. E o principal problema não havia sido solucionado, futuramente a desregulamentação poderia sair do controle transformando-se em um maior risco para a economia.

David Harvey discorre:

interpretar a neoliberalização seja como um projeto utópico de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto político de restabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas. Defenderei a seguir a ideia de que o segundo desses objetivos na prática predominou. (HARVEY, 2012: 27).

Portanto, restaurar o poder das elites econômicas era mais importante que reconstruir o sistema financeiro, eleger congressistas, ganhar eleições, sempre foi o mais importante, enquanto, o sistema mostrava eficiente gerando ganhos nada mais importava, não era importante preocupar-se com uma desregulamentação desenfreada. O importante era obter lucros e aquecer a economia, a todo custo.

Realmente por quase três décadas o neoliberalismo foi o grande responsável pela restauração do poder econômico, principalmente o dos EUA. Mas, ao fim do ano de

2006, o neoliberalismo transformou o sistema financeiro de mercados em uma catástrofe.

Fernando Cardim discorre sobre as fortes pressões competitivas entre os bancos e as instituições financeiras, na década de 1990. As instituições financeiras haviam invadido o espaço dos bancos e vice-versa. Com o surgimento da globalização financeira a área de atuação das instituições financeiras foi além das fronteiras nacionais. Aumentando a competição de mercados domésticos norte-americanos. (CARDIM, 2013:16).

Competindo uns com os outros, os bancos e as financeiras começaram a ir atrás de novas oportunidades de mercados com maiores lucros. Porém, mercados com lucros altos normalmente são os de maiores riscos. Portanto, foram criados mecanismos para evitar esses riscos, ou ao menos dava a impressão.

Herman argumenta que a crise começou nos intestinos do “eficiente” sistema financeiro dos EUA, sendo a liberalização financeira o ventilador que se encarregou de espalhar seus ativos para todo o mundo. (HERMAN, 2013:33).

Uma boa oportunidade de mercado era o de financiamento imobiliário norte-americano, considerado mercado maduro, mas, de crescimento lento. O estoque de hipotecas imobiliárias nos EUA era de aproximadamente 10 trilhões de dólares e metade contava com o suporte das empresas para-estatais como a Fannie Mae e Freddy Mac. Porém, por ser um mercado de crescimento lento eram necessárias novas formas de ampliá-lo para obter lucros rápidos.

Com a globalização novas mudanças surgiram no predomínio das finanças, a chamada financeirização das economias. Portanto, as finanças não são mais desenvolvidas para potencializar a produção e, sim, as operações especulativas.

Rolleberg Mollo discorre que as novas mudanças baseiam-se na obtenção de lucros, é o próprio raciocínio do capitalismo ampliado pelo crescimento e dominação do neoliberalismo, através da atual globalização financeira. A liberalização estimulou a concorrência e a obtenção de lucros rápidos, abrindo espaço para as operações de curto prazo, desfavorecendo os investimentos a médio e longo prazo. (MOLLO, 2013:9).

Portanto, a solução encontrada foi à abertura do mercado dos tomadores chamados de subprime. As hipotecas residenciais são contratos de longa duração, onde o próprio imóvel hipotecado é dado como garantia de pagamento caso o comprador não consiga pagar a dívida do empréstimo. Os contratos de financiamento de compra de residência funcionam assim, o comprador só se torna dono legalmente do seu imóvel

quando o pagamento do empréstimo é pago por completo, antes disso, o imóvel é legalmente do banco, já que esta é a única garantia que o banco irá receber de volta o valor emprestado.

A casa seria a forma de recuperar o prejuízo, pois o banco retoma o imóvel financiado e o revende. Porém, para o banco não se torna tão benéfico retomar a casa, já que a receita dos juros sobre o empréstimo acaba sendo perdida e, é preciso cobrir as despesas de conservação do imóvel, para a revenda. Contudo, é a única forma de diminuir os prejuízos, caso o comprador declare solvência.

A forma de reduzir as chances da retoma do imóvel é fazer uma análise completa da ficha de crédito do possível comprador, examinar sua renda, seu crédito na praça e suas perspectivas profissionais é uma forma de reduzir as chances de conceder empréstimo a alguém que não pode pagar. Pois, se o possível comprador do imóvel for considerado insolvente, ou seja, não pode pagar o financiamento do imóvel, terá seu pedido de empréstimo recusado pelo banco.

O termo subprime identifica pessoas que não possuem renda fixa ou um bom histórico de crédito capaz de adquirir a permissão do empréstimo. Portanto, essas pessoas ficavam de fora do mercado de financiamento de imóveis.

A economia americana é bem desenvolvida, mas, também é composta por pessoas consideradas subprimes. E para os grandes financiadores de hipotecas essas pessoas eram consideradas um enorme mercado em potencial, tanto para financiamentos imobiliários como para obtenção de lucros. Os subprimes eram considerados altos riscos, por isso, suas taxas de juros seriam mais altas do que as taxas normais do mercado comum.

O crédito age para receber ganhos no futuro e o capital especulativo faz o mesmo, mas de uma forma muito mais produtiva ou até mesmo exagerada. Sua constante valorização é adquirida pelas rendas de produção e estas servem para comprar títulos e manter sua rentabilidade por um longo tempo.

As pessoas intituladas de subprimes apareceram nas estatísticas com uma renda estável. Isso só se tornou possível, porque os financiadores desejavam tanto a obtenção de maiores lucros, que mudaram a forma de análise, em outras palavras, burlaram a análise de sistema de crédito. Portanto, as pessoas que não possuíam empregos fixos, mas, trabalhavam todo o tempo, apareceram nos modelos estatísticos, como pessoas de renda estável. O sistema sugeria que por elas terem conseguido trabalho no passado, continuariam conseguindo trabalho no futuro, a economia americana havia se dado bem

no passado tudo indicava que iria continuar bem sucedida. O risco de perda das hipotecas imobiliárias foi subestimado pelos bancos e financeiras que permaneciam firmes em todo o processo.

Os bancos e as financeiras disfarçaram as hipotecas subprimes usando o processo de securitização, o conceito implica em juntar uma quantidade certa de contratos de hipotecas onde os eventuais compradores comprometem-se em pagar as determinadas taxas de juros. Esses contratos servem como base, ou lastro, de um título financeiro, portanto, a remuneração paga pelo comprador deste título é feita através dos juros pagos pelos compradores das hipotecas.

O título é vendido para fundos de investimentos, para homens de negócios, grandes empresários, entre outros. A vantagem de todo o processo é que os compradores do título normalmente não fazem a mínima ideia do que estão comprando ou se existe algum risco ao comprar os títulos. Isso é possível, porque os eventuais compradores dos títulos não veem as hipotecas que lhe são servidas de lastro, por isso, não conseguem avaliar o que estão comprando.

A irresponsabilidade em conceder empréstimos a pessoas consideradas insolventes levou os agentes financeiros a securitizar os títulos de risco em títulos AAA, isso aconteceu porque as agências de riscos estavam interessadas em vender e agradar seus compradores, mais uma vez a ganância por maiores lucros falou mais alto.

Rolleberg Mollo descreve sobre como os créditos servem para aumentar o ritmo da produção, pois, ao serem aumentado, geram uma maior acumulação de capital. O processo de investimentos a partir de recursos de terceiros, também é desenvolvido a partir dele e o chamado capital fictício é valorizado de forma especulativa, sem relação com a produção real. (MOLLO, 2013:8). Ou seja, os lucros é o aquecimento do sistema de crédito, o que o faz continuar a funcionar.

Para venderem seus empréstimos imobiliários para as pessoas subprimes, os financiadores usaram muitos artifícios, um deles, foi o de cobrar nos primeiros anos taxas de juros muito mais baixas do que normalmente são, mas, com o passar do tempo essas taxas aumentariam gradativamente.

Porém, ao verem taxas de juros menores do que normalmente são, muitas famílias aceitaram os empréstimos para financiar as hipotecas, sem saber que após algum tempo, os juros eram aumentados rapidamente.

Muitos empréstimos estavam sendo feitos, tudo ocorria bem, as hipotecas subprimes estavam gerando altíssimos lucros até que, em 2006 umas dessas hipotecas

chegaram ao ponto onde os juros eram reajustados e isso aconteceu ao mesmo tempo em que a economia nos EUA não estava tão segura.

Ao verem suas parcelas de juros subir drasticamente de uma hora para outra e a economia americana passando por pequenas mudanças, muitos dos compradores subprimes não possuíam rendas suficientes para pagar os juros das suas hipotecas. O calote foi inevitável, não existia outra maneira a não ser parar de pagar as parcelas dos juros das hipotecas.

O crescimento do mercado financeiro só acontece com a separação entre produção e circulação de mercadorias adquiridas pelo crédito. Pois, apesar do valor estipulado ser baseado na produção real, as negociações de papéis sofrem especulações, portanto, seus valores acabam aumentando independente dos seus valores reais. Por isso, os lucros adquiridos por esses títulos transcorriam da diferença entre o valor da compra e o da venda.

Em outras palavras a crise dos subprimes não fez mais que mostrar que os limites do deslocamento entre finanças e produção são fundamentais em economias avançadas. Portanto, a crise do subprime é uma crise de confiança, gerada por vários empréstimos imobiliários baseados em devedores insolventes.

Cardim ao escrever sobre esses calotes argumentou que estes serviram como advertência para os financiadores de crédito, já que o risco de calote era bem maior do que o esperado. E complementa que os empréstimos concedidos foram baseados em uma visão otimista demais do que a verdadeira capacidade de pagamento da população que compunham o subprime.

Mas esse era só o começo da crise ou a primeira fase da crise, como outros economistas a chamam. Depois que os juros pararam de ser pagos, os investidores que haviam comprado os títulos baseados nessas hipotecas, perceberam que poderiam ficar sem receber o valor que esperavam. Quando isso espalhou, outros investidores e instituições que haviam comprados títulos parecidos começaram a querer passá-los a diante, revendê-los.

E ao tentarem vendê-lo, perceberam que o valor dos títulos no mercado estava abaixo de suas expectativas e não havia compradores o suficiente. Tentaram se livrar dos títulos de toda forma, o que comprovou que eles não conseguiriam repassar esses papéis sem sofrerem um grande prejuízo. Pois, a tentativa de se livrar deles de qualquer forma fez com que as vendas desses títulos despencassem. A própria antecipação desses investidores gerou o caos iniciando uma crise de confiança.

Portanto, essa fase da crise foi chamada de crise patrimonial. Os bancos e as financeiras têm obrigações e direitos como qualquer um, no caso suas obrigações referem-se a pagamentos, chamados de passivos e seus direitos é o de receberem que são chamados de ativos. Uma empresa saudável tem mais ativos a receber do que dever em pagar, ou seja, a empresa saudável possui um capital positivo.

Um capital negativo é quando o valor dos ativos é menor do que o valor das obrigações, isso torna a empresa insolvente, pois não existe capital de giro, ou seja, não tem como estar funcionando, a empresa está insolvente.

Os agentes econômicos ao preferirem a liquidez de seus créditos, após muitos credores não conseguirem saldar seus débitos, levou os bancos e até mesmo empresas financeiras a situação de quebra. Com a desvalorização dos papéis lastreados em hipotecas subprime, muitos dos bancos e financeiras que haviam comprado esses títulos foram à falência. A maioria das instituições financeiras dos EUA haviam comprado esses títulos como forma de investimento e todas haviam sido expostas, pois, por mais que o capital continuava positivo, era fato, que havia diminuído muito.

A crise de confiança é uma crise de altíssimas perdas, devido a preferência por liquidez e sua manifestação rápida. Se isso não for contido por uma política macroeconômica que reestabeleça a confiança, a tendência é só piorar.

E a situação piora conforme os pagamentos não continuam a ser efetuado, obrigando bancos a ajustarem seu balanço, permitindo que os créditos de caráter duvidosos ou até mesmo menores índices de liquidez não sejam mais aprovados. Isso acontece, porque na ausência de choques é necessária a prática de uma política macroeconômica restritiva.

Essa política ao ser elaborada aumenta as exigências de capital, que pela regra de Basileia aumenta o risco dos ativos, por isso, os créditos e os índices de liquidez baixos não são aprovados é uma forma de tentar controlar a própria crise. Porém, essas medidas acabam sendo usadas quando a situação já atingira o extremo e ao impedirem os créditos, muitos investidores deixam de investir no país, agravando mais o problema.

Com a globalização e a abertura do mercado financeiro neoliberal, muitos desses sistemas de crédito foram parar em outros mercados financeiros tanto os de países desenvolvidos como emergentes. As providencias públicas ao se desfazerem desses títulos, desempenharam um papel crucial na contribuição do papel que os fundos institucionais obtiveram e na imensidão de recursos que circulariam sem regulamentação nos mercados.

Bresser-Pereira discorre que dois fatores estão por trás da crise de confiança, o enfraquecimento da hegemonia norte-americana, por exemplo, é um deles. Desde 2000 os EUA vêm sofrendo consequências desastrosas na economia, não só pelos déficits das torres gêmeas mais também, por conta da guerra ao Iraque. Os abusos contra os direitos humanos e a democracia utilizada como forma de dominação prejudicaram a confiança dos norte-americanos em relação ao governo. O outro erro cometido foi o do Tesouro norte-americano não ter salvado o Lehman Brothers, para, Bresser os bancos grandes não podem ir à falência, pois acredita que o risco de crise sistêmica é alto. (PEREIRA, 2013:7).

Hermann desenvolveu uma crítica à ação do FED, ao escrever que durante boa parte da crise (2006-2007), o FED se preocupou mais com a inflação do que com a deflação de ativos. (HERMANN, 2013:32).

Seguido das falências, a desconfiança espalha-se não só no mercado financeiro, mas, em toda a sociedade. Os bancos e as instituições financeiras passam a emprestar cada vez menos e a economia real começa a esfriar, o crescimento econômico vai diminuindo ou se contrai e o risco do desemprego aumenta.

Rolleberg Mollo em seu artigo “Crise e Deflação de Ativos: por quê?” escreve:

O crescimento de inovações financeiras, dos processos de duplicação e multiplicação de dívidas com os derivativos, as securitização de créditos, os produtos financeiros estruturados foi o que ampliou a massa mundial de ativos financeiros dos produtivos. Enquanto nos anos de 1980 que a relação desses ativos provinha de um para um, em 2006 essa relação ultrapassou três unidades de ativos financeiros para uma unidade produção real, o que mostrou um conteúdo fictício alto. (MOLLO, 2013:9).

A partir daí que o quadro financeiro mundial entrou em deterioração, porém, ao entenderem a gravidade do problema, o governo propôs medidas para aumentar a solvência e garantir a liquidez dos mercados, a AIG, por exemplo, foi salva no dia seguinte, com um investimento de US\$ 700 bilhões.

Após o governo norte-americano propor a compra dos ativos, os bancos e financeiras receberam sinal verde para poderem voltar a emprestar, evitando um maior aprofundamento da crise na economia norte-americana e possibilitando a garantia de emprego a população.

Porém, enquanto não há confirmação que as coisas estão melhores, a inadimplência no crédito e a desvalorização dos títulos negociados continuam a

aumentar, pois os retornos continuam a depender dos lucros das empresas e das instituições financeiras.

Ao ligarem o sistema financeiro por meio do crédito, a crise alastrou-se e afeta a todos, desde os “culpados” até o pai de família trabalhador. O que deve ser feito de agora em diante é evitar que a crise de liquidez se transforme em insolvência generalizada. É necessário medidas de regulação prudencial, diferente do que vem sido feito até agora. Inserir medidas de médio prazo que garantem a renda e o emprego é uma forma de impedir uma maior perda e equilibrar a economia.

CAPÍTULO III

AS MEDIDAS KEYNESIANAS ADOTADAS NO PÓS-CRISE PELO GOVERNO OBAMA

No capítulo anterior vimos como a crise do subprimes originou-se e alastrou no mundo todo. Contudo, como já foi visto nas outras páginas, essa não foi à única crise financeira que os EUA atravessaram, porém, é a maior crise desde a Grande Recessão.

É possível perceber a semelhança dos processos que ambas as crises passaram, nos anos de 1920 e 1930, ao ver a perda do seu poder no plano internacional, a Inglaterra viu-se em duas situações: ser fiel ao regime de conversibilidade ou abandonar tal regime, a segunda opção foi à escolhida. E em 1931, guiada por um governo trabalhista levou o país ao ciclo de desvalorização cambial (libra) e desarranjo das relações econômicas internacionais. Portanto, outros países acabaram tomando medidas similares. Esse trecho exemplifica todo o processo:

(...) Cerca de duas dúzias de outras economias, principalmente membros do Commonwealth e do Império e parceiros comerciais britânicos, rapidamente seguiram o exemplo. O próximo passo inevitável dizia respeito ao Japão, cujo ministro das finanças, Korkiyo Takahashi, implementou uma política monetária agressivamente expansionista, que impulsionou a desvalorização do yen, iniciada em dezembro. O presidente Franklin Delano Roosevelt embargou as exportações de ouro em 5 de março de 1933, seu primeiro dia de mandato. Ele tornou o embargo permanente em abril, e ativamente elevou o preço do ouro em dólares (baixando a taxa de câmbio do dólar) a partir de outubro. Um número de parceiros comerciais dos EUA, principalmente na América Latina, seguiu a depreciação do dólar. Em janeiro de 1934, quando o dólar foi novamente estabilizado em relação ao ouro, a taxa de câmbio libra esterlina/dólar voltou quase aos níveis prevalentes antes de setembro de 1931. (EICHENGREEN, 2013:6 – tradução livre).

É possível compreender que em meio a desvalorizações competitivas os efeitos são anulados, isso acontece através da consequência dos realinhamentos cambiais recíprocos. A manipulação monetária não é neutra e traz consigo efeitos políticos e sociais de curto prazo. Por exemplo, um dos efeitos imediatos da quebra da conversibilidade que a Inglaterra sentiu, foi a do movimento de queda das taxas de juros, proporcionando a liquidez e o barateamento da moeda, dando início a uma bolha imobiliária.

Nos Estados Unidos o fim do comprometimento de Roosevelt com o padrão-ouro foi seguido por políticas ativas na esfera dos gastos governamentais, o New Deal. No plano internacional as propostas foram seguidas através de ações multilaterais dando suporte a um novo regime, ocasionando problemas sérios no âmbito da cooperação e

coordenação do sistema. Em outras palavras, houve uma divisão do mundo em zonas monetárias e competitivas. Esses custos transnacionais são conhecidos por Keynes como passagem de um regime para outro.

Keynes escreveu em seu livro a Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, mas especificamente na página 46, que a contração do investimento e do consumo, diminui a acumulação interna das empresas e a renda das famílias. Gerando problemas de endividamento e riscos que podem ser resolvidos com mudanças suaves na política monetária e na velocidade e intensidade do gasto público.

Por isso, antes de assumir a presidência dos Estados Unidos, Barack Obama em sua campanha criticou diretamente a desregulação criada pela lei *GLB* e prometeu fortes mudanças. Dentre elas, estava o fim dos conflitos no Afeganistão e Iraque, a reforma universalista no sistema de saúde, a preocupação com o meio ambiente e o desenvolvimento de novas fontes de energia e, em especial, a recuperação da economia que estava em situação precária devido a crises nos setores imobiliários e bancário.

Ao ser eleito pela primeira vez como presidente dos Estados Unidos em 24 de janeiro de 2009, Obama contava com o forte apoio popular e o controle do Congresso, onde a maioria das duas Casas era democrata. A primeira iniciativa de Obama ao ser eleito foi a de aprovar um pacote abrangente de estímulo a economia no valor de 785 bilhões de dólares, o que gerou a revolta e insatisfação da maior parte dos republicanos.

Os republicanos eram contra o investimento direto do Estado na economia, pois consideram que este ato distorce as relações de mercado e é uma forma ineficiente de agir, a posição acabou tomando voz em um momento de alto endividamento público, herdado pelas políticas do então ex-presidente republicano George W. Bush. Esse dilema enfrentado entre democratas e republicanos marcou quase toda a administração Obama, passando pela nomeação dos cargos executivos, da implantação de novas legislações e da criação de agências reguladoras.

Na perspectiva Keynesiana, a estabilização do investimento e a regulação da finança, com a proposta de impedir as crises deflacionárias e a queda abrupta da renda e do emprego, deveriam já estar inscritas de forma permanente nas políticas do Estado. Pois, de acordo com o próprio Keynes ao escrever a Teoria Geral (p.61), a flutuação de curto prazo no volume de gastos em obras públicas é uma grosseira cura, provavelmente destinada ao insucesso.

Porém, Obama foi eleito presidente dos EUA em meio a maior crise econômica desde a década 1930, tendo em vista como principal ponto de sua administração a

reforma do sistema financeiro. Por isso, propôs durante seu primeiro mandato, o Ato Dodd-Frank de Reforma de Wall Street e Proteção ao Consumidor (*Public Law 111-203*), no dia 2 de dezembro de 2009 a legislação foi proposta por Barney Frank (D-MA) na Câmara e por Chris Dodd (D-CT) no Senado e foi sancionada pelo presidente em 21 de julho de 2010.

Apesar de ter sido sancionada a sua promulgação não foi imediata. Isso aconteceu em relação das muitas reformas aprovadas e das novas regulamentações que devem ser escritas. Assim os debates que giram em torno da criação e até mesmo da aprovação da lei, vem sendo marcado em meio á polarização ideológica que cada vez se torna mais aguda.

Não podemos esquecer que os EUA possui uma forte tendência à liberalização e até mesmo pela desregulamentação do mercado, por conta disso, o Ato Dodd-Frank só foi possível devido ao tamanho da crise que os EUA estavam enfrentando. Os objetivos da lei eram simples, aumentar a regulamentação dos fluxos de capital, aumentar a disciplina dos grandes grupos financeiros e a transparência de seus investimentos, incentivar o crescimento responsável e evitar que os contribuintes tenham que arcar com o socorro de empresas irresponsáveis.

Após a falência do banco de investimento Lehman Brothers no final de 2008, o governo estadunidense interveio no mercado financeiro para evitar novas falências e contaminações generalizadas do sistema financeiro. O FED (Federal Reserve) injetou dinheiro público em instituições privadas.

O objetivo de Keynes ao escrever o livro a Teoria Geral era o de provar que o sistema econômico de mercado auto regulado não existia e propor mecanismos econômicos que evitassem as flutuações e depressões econômicas (p.78). Por isso, Keynes desenvolveu seu projeto econômico a partir de três posições teóricas: a teoria da determinação da renda, teoria do investimento e a teoria da taxa de juros¹.

O governo de Obama está preocupado com o crescimento da economia, com a recuperação da indústria e a criação de empregos à inovação. Após a crise vir à tona, o Banco Central dos EUA através de políticas de expansão monetárias, produziu um

¹ A demanda efetiva de Keynes é tratada na esfera das decisões de produção de curto prazo, em que a estrutura produtiva e as expectativas de longo prazo são dadas. O princípio é como um “ponto” de intersecção de funções de demanda e oferta agregadas, em termos de renda esperada que determine o nível de emprego e conforma um equilíbrio sem tendência de ajuste automático ao pleno emprego. A teoria do emprego implica na função dos gastos agregados esperados que os empresários tomam a decisão antes de produzir e de empregar determinada quantia de mão-de-obra.

ajuste relativo ao valor das moedas, desvalorizou o dólar frente ao conjunto das demais moedas nacionais, principalmente as moedas dos países emergentes.

Em razão da complementariedade entre as funções da moeda, Keynes discorre que a função reserva de valor acaba sobrepondo-se em relação ao demais, sobretudo se for importante para a esfera financeira.

Para os teóricos das economias Keynesianas, a abordagem monetária do balanço de pagamentos também conclui que o sistema de taxas flutuantes de câmbio é o mais apropriado. A variação cambial é discorrida por Keynes em *A Teoria Geral* na página 80, torna-se importante forma de corrigir os desequilíbrios da conta corrente do balanço de pagamentos, diminuindo a necessidade de políticas restritivas.

O crescimento econômico dos EUA não vai ocorrer de uma hora para outra, porém, pode analisar que situações positivas para a economia norte-americana vêm acontecendo. O Fed anunciou em 2012 que a demanda por hipotecas foi a maior dos últimos três anos, o presidente do Collateral Analytics, Michael Sklarz, também falou sobre a diminuição da construção de novas casas e esses mesmos fatores foram responsáveis pelos ganhos trimestrais da Fannie Mae. A empresa divulgou lucro de 2,2 bilhões de dólares entre abril e junho, o segundo resultado positivo em quatro anos após a crise, isso porque no primeiro trimestre desse ano já havia obtido lucro de 2,7 bilhões. O presidente da empresa Timothy Mayopoulos, afirmou que os preços de imóveis se estabilizaram e, caso isso continue, sua operação poderá até tornar-se sustentável. Essa alta dos preços ocorreu através da pouca quantidade de casas a venda e a grande demanda por imóveis, esse cenário foi à resposta a quedas nos preços das hipotecas que atingiram seu índice mais baixo dos últimos sessenta anos. A direção da Fannie Mae foi assumida pelo governo federal durante a crise financeira e imobiliária de 2008.

Além da política de inovação ter sido ampliada na agenda do atual governo Obama, ela vem sendo apontada como uma das ferramentas principais para a superação da crise atual. A aprovação do *America Competes Reauthorization Act of 201019* permitiu que firmasse diagnósticos e estabelecessem diretrizes necessárias para a redução dos investimentos privados e P&D. As políticas de inovações fazem parte da trajetória do desenvolvimento e poder dos EUA, elas foram de suma importância para o país firmar-se como potência.

Por isso Matos e Abdal argumentam que:

Outro aspecto importante do Sistema de Inovação estadunidense diz respeito à concentração por parte do governo norte-americano de investimentos públicos em segmentos considerados estratégicos e a utilização do seu poder

de compra, por meio de licitações abertas e sistemáticas, para solucionar problemas tecnológicos. Assim, o governo desempenha papel decisivo ao agir para corrigir falhas de mercado, reduzir riscos associados aos investimentos e também escolher os setores da economia com vistas ao fortalecimento da indústria nacional. (ABDAL; MATOS, 2010).

Uma das decisões da política monetária em que o governo estadunidense vem tomando medidas para superar o efeito da crise de 2008 é a do aumento da liquidez interna, o FED adotou ao programa de Quantitative Easing, que em português significaria em tradução livre “afrouxamento monetário”. O objetivo é incentivar a economia ampliando a quantidade de dinheiro para empréstimos, investimentos e consumo. O FED vem pagando cerca de 85 bilhões de dólares mensais, desde 2009, para comprar 40 bilhões de dólares em títulos americanos e 45 bilhões de dólares em ativos lastreados em hipotecas. Essa é a tentativa de estabilizar as taxas de juros de longo prazo em níveis mais baixo e dar suporte ao mercado imobiliário.

As propostas adotadas funcionam assim, estão relacionadas ao aumento da liquidez interna em meio ao rebaixamento da taxa de juros de resgate de títulos e o suporte monetário para o swap de dívidas, já que estas dívidas transbordaram para o plano internacional. Os países que possuíam taxas altas foram inundados por dólares, levando a avaliação contínua de suas moedas, essa combinação de taxas de juros baixas com o uso de incentivos monetários designada pelos EUA, levou a maioria dos investidores a buscar novos mercados principalmente a dos países emergentes.

Observando bem, pode ser analisado que estas propostas foram discorridas por Keynes também em seu livro a Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, nos capítulos III, III, IV e V.

A grande quantidade de dólares vinculadas nessas economias permitiu a apreciação do câmbio, gerando a perda da competitividade dos produtos semimanufaturados e manufaturados no comércio internacional, somente as commodities mantiveram sua competitividade.

A maior preocupação era a de que a economia da China desaquecesse, possibilitando a queda dos preços das commodities e aumentando o déficit nas contas externas, permitindo o fim do excesso de dólares, ou seja, não haveria mais dólares para financiar e, esse temor foi o principal fator a compor esse cenário pessimista para os países emergentes. Por isso, entre o ano de 2008 e 2013, as moedas de alguns países emergentes foram submetidas à política monetária norte-americana, levando a desvalorização do dólar até o segundo semestre de 2011.

A valorização cambial serve como impulso para um maior endividamento em moeda estrangeira, portanto, além da valorização ser um mecanismo de contenção de preços domésticos, gera também impacto negativo na formulação de empregos, conforme o tempo de sua duração, o que nos permite dizer que de longo prazo, ocasiona efeitos locativos permanentes. Uma alteração na política monetária do emissor internacional, no sentido de restrição monetária, pressiona o nível dos preços internos, aumenta sua vulnerabilidade doméstica, contribuindo para o aumento do custo da dívida externa e das contas correntes em processo decomposição.

Como solução a política monetária opta por aumentar a taxa de juros, o que leva à diminuição do nível de emprego, aumenta a dívida interna, reduz a política fiscal e compromete o nível de investimentos, por conta do fim das expectativas.

O estoque de liquidez injetado nas reservas bancárias para adquirir a massa de ativos privados podres recusa-se a produzir novos fluxos de crédito para governos, empresas e famílias. Keynes chamou isso de “armadilha da liquidez”, no livro a Teoria Geral, capítulo 6, o predomínio absoluto do estoque de riqueza monetária e abstrata sobre o impulso a produzir novo valor, criando renda e emprego.

Para o meio internacional, as ações unilaterais do emissor são inconciliáveis com suas obrigações multilaterais de oferta estável, a qual seria a moeda, em meio a isso, a liquidez é volátil, os ajustes seguem contínuos e a confiança apoia-se na falta de opção para a substituição de uma moeda sem lastro e que esta cheia de déficits gêmeos da superpotência.

Ao agirem adiando ou até mesmo transferindo os custos dos ajustamentos, o governo norte-americano está interferindo no sistema financeiro e a resposta a esse procedimento é assimétrica. Dada conforme o grau de autonomia usufruída pelas diferentes unidades do sistema, mas isso é uma ação temporária, de curto prazo e que em muitas vezes é comandada por circunstâncias internas da disputa das forças domésticas. Por isso,

E em nenhuma área das relações econômicas a saliência da autonomia é mais evidente do que no campo das relações monetárias, onde os Estados estão inescapavelmente ligados por meio da balança de pagamentos. O risco de desequilíbrios de pagamentos insustentáveis representa uma ameaça constante à independência das políticas. Desequilíbrios excessivos geram automaticamente pressões mútuas para o ajuste, com o fim de ajudar a mover a balança de pagamentos novamente em direção ao equilíbrio. Mas o ajuste pode ser inconveniente ou mesmo custoso tanto em termos econômicos como políticos. Nenhum governo gosta de ser forçado a comprometer objetivos políticos-chaves em nome da restauração da balança externa. Todos, caso tenham escolha, prefeririam ver outros fazendo os sacrifícios necessários. No nível macro das relações monetárias, portanto, o poder monetário consiste na

capacidade de evitar o fardo do ajuste demandado por desequilíbrios de pagamentos. (ABDAL; MATOS, 2010).

Isso mostra perfeitamente, o porquê de tantas reclamações em torno das eventuais legislações referente à lei Dodd-Frank, as pessoas não querem sacrificar o seu poder em nome da restauração da balança externa.

Os bancos comunitários e de médio porte estavam exercendo uma forte pressão sobre o governo em relação às restrições dos impostos referentes à lei Dodd-Frank de reforma de Wall Street. Devido à desregulamentação do sistema financeiro e as ações adotadas pelos grandes bancos que permitiram a crise. A administração do presidente Obama optou por medidas regulamentadoras do sistema, por isso, foi aprovado em 2010 no Congresso o Ato Dodd-Frank de Reforma de Wall Street e Proteção ao Consumidor (H.R.4173).

Essa reforma limitaria o crescimento excessivo e o risco sistêmico de empresas e bancos (como já foi falado), o governo adotou essas medidas restritivas e severas para as companhias com ativos acima de 50 bilhões de dólares, porém, a reclamação está no fato que, entram nessa categoria bancos com ativos um pouco acima do valor estipulado, como é o caso do *Comerica Inc.* com 55 bilhões de dólares e o *Zions Bancorp* com 51 bilhões. Esses bancos de pequeno porte não oferecem o mesmo risco que os bancos realmente grandes oferecem como *J.P. Morgan* ou *Citibank*, por isso, temem que as medidas restritivas do Dodd-Frank possam prejudica-los e acabar levando-os à falência.

No entanto, os bancos não querem e muito menos pretendem reduzir seus ativos para sair da categoria, e sim vem fazendo um forte lobby, contando com encontros com altos representantes do Fed e apelos significativos ao Congresso. Temos como exemplo, *O Independent Community Bankers of America* que gastou cerca de 1,2 milhão de dólares para pressionar o governo.

O secretário-adjunto do Tesouro o senhor Neal Wolin, afirmou que as críticas não passam de ansiedade dos bancos de médio porte e que as agências do governo estão trabalhando firmes para que as regulamentações protejam o sistema sem os atingir.

No entanto, as críticas vão surgindo, desta vez o alvo é a seção 1504 da lei Dodd-Frank, os lobistas das indústrias petrolíferas criticam essa legislação, por conta desta exigir que as companhias de petróleo, gás e minérios informem pagamentos feitos ao governo dos EUA e a países estrangeiros. Os dados devem ser divulgados anualmente para dar mais transparências às transações financeiras com os países produtores.

Esta seção representa um maior avanço em relação aos mecanismos de controle disponíveis, de acordo com grupos de direitos humanos, a implementação desta lei permitiria que as sociedades civis, sobretudo os países africanos, rastreassem os royalties, impostos e valores ilícitos recebidos por seus governos. Porém, sua implementação vem sendo adiada pela SEC, sob a argumentação que o texto da Dodd-Frank leva a múltiplas interpretações.

E enquanto esse empecilho não é resolvido, as empresas continuam sujeitas apenas ao *Foreign Corrupt Practices Act (FCPA)*, que as proíbe de certos pagamentos no exterior, como o suborno. Porém, o *FCPA* não determina quais pagamentos são legais e muito menos exigem que sejam divulgados.

Os senadores democratas Jeff Merkley (D-OR) e Carlo Levin (D-MI) estavam pressionando as agências reguladoras por regras mais duras sobre o sistema financeiro. Na semana que antecedeu essa notícia, o *JP Morgan* anunciou que perdeu cerca de mais de dois bilhões de dólares em operações de alto risco, o que retomou o debate sobre a regra Volcker. A regra é também uma provisão do Ato Dodd-Frank, lei de reforma do sistema financeiro que restringe alguns tipos de investimentos especulativos realizados por bancos dos EUA.

A principal medida impede que bancos façam investimentos de alto risco no mercado financeiro com capital próprio, o objetivo desta medida é a de evitar a necessidade de resgates públicos aos grandes bancos em caso de perdas. Segundo a Dodd-Frank, quatro agências federais devem apresentar a versão final da regra nos próximos meses. Desde que foi anunciado o prejuízo do *JP Morgan*, o presidente Barack Obama vem sendo pressionado a posicionar-se mais firmemente a favor da regra.

Obama sem se referir ao caso de *JP Morgan* reforçou que a reforma desencoraja as instituições financeiras a brincar com o dinheiro dos seus contribuintes e segundo ele, foram essas mesmas exigências que salvaram o *JP Morgan* após a crise de 2008. Ao encerrar seu discurso deixou claro que o país não pode voltar para uma era de pouca regulamentação e supervisão.

Por isso, é necessário assumir que as decisões de curto prazo da política macroeconômica devem guardar coerência com ações de longo prazo da manutenção da estabilidade. As políticas de austeridade e a crença no *laissez-faire* como meio de ajuste diante desequilíbrios macroeconômicos, promovem um resultado positivo nos níveis da

remuneração dos fatores e aos níveis de produtividade existentes, permitindo o controle da inflação.

Portanto, o principal dilema que o sistema enfrenta é o de sustentar a estabilidade política e social nos momentos de ajustes. O Estado precisa manter a atitude passiva em aceitar níveis de ajustes diante a choques externos, que levam a diminuição/perca do bem estar doméstico, a redução das capacidades materiais e a perda do prestígio internacional.

Mas a maior contestação dos republicanos gerando várias discussões veio através da aprovação em março de 2010, do *Patient Protection and Affordable Care Act*, a reforma da saúde da administração Obama, os republicanos viram esse ato como um verdadeiro ataque pessoal a liberdade individual.

Apesar de serem minoria na Câmara e no Senado os republicanos começaram a utilizar todos os meios possíveis para atrasar a aprovação de medidas legislativas. O seu maior ganho foi o desenvolvimento da organização da direita radical na sociedade, o movimento *Tea Party Express*, essa mobilização usou e abusou das emissoras de televisão a cabo e foi a responsável direta da radicalização do debate ideológico.

Ao concorrer à reeleição em 2012, sofrendo pressões em relação a sua política doméstica, a administração Obama não investiu alto nas rodadas multilaterais de comércio. De acordo com o próprio presidente, os EUA não deveriam se envolver em acordos que comprometessem a economia do país, por isso optaram na escolha de acordos bilaterais ou de menor escala.

Apesar de Obama ter sido reeleito presidente dos EUA, houve uma mudança drástica no cenário político doméstico estadunidense, os republicanos atualmente estão em maior número nas Casas. Por conta da lenta recuperação e da falta de resultados concretos, os norte-americanos ficaram descontentes com o governo de Obama e, os republicanos articulados nas eleições de 2010 tomaram o controle da Câmara de Representantes, tirando a maioria dos democratas no Senado.

Zahran e Camargo argumentam que a insatisfação da população norte-americana em relação à administração Obama, radicalizou as disputas partidárias e ideológicas gerando impasses orçamentários vividos pelo país em 2011. (ZAHKAN; CAMARGO, 2011:12).

Devido a atual polarização política dos EUA, o Ato Dodd-Frank anda sofrendo impasses no Congresso existem conflitos de interesses e opiniões distintas, a dificuldade

de encontrar consenso sobre o papel do Estado em relação à legislação, anda atrasando e dificultando a implementação da mesma.

Zahran e Camargo acreditam que a lenta recuperação econômica dos EUA se dá devido à vinculação entre liberalização comercial e geração de empregos. E o presidente Obama não só concorda como assumiu essa linha de argumentação e vem incentivando acordo de livre-comércio. Como o próprio Departamento de Comércio declara, os acordos bilaterais são a melhor maneira para abrir os mercados externos aos exportadores dos EUA, pois, além de protegerem os interesses do país e melhorar as condições socioeconômicas de seus parceiros, os acordos contribuem para o aumento da produção e o crescimento da economia.

Apesar de todos esses empecilhos vivenciados no governo de Barack Obama, a melhora nos diversos indicadores econômicos nos Estados Unidos vem mostrando que a recuperação da crise financeira de 2007 está acontecendo e não deve demorar muito para que permaneça somente em nossas memórias. Durante o primeiro semestre de 2013, a economia cresceu a uma taxa anualizada de 2,4%, principalmente devido ao consumo. O mercado imobiliário também deu sinais de aquecimento, a criação de empregos aumentou superando até mesmo as previsões de economistas e o mercado de ações alavancaram.

Os economistas alegam que ao diminuir as taxas hipotecárias, devido à política de juros baixos do Fed e a criação contínua de empregos vem estimulando a compra de imóveis, o aumento das propriedades com a oferta baixa, incentivou o crescimento dos preços permitindo novas construções.

Keynes alegava no capítulo III na Teoria Geral que o que determinava o volume da produção e do emprego era mantido pela demanda efetiva e não só pela demanda já realizada, como o que vinha a ser esperado por ela através dos gastos em consumo e investimentos. A ideia não era voltar à concorrência como nada tivesse acontecido e sim manter o nível de consumo através do investimento público, gerando empregos. Como Krugman também enfatiza:

[...] “Quando uma economia está em depressão, com grande capacidade ociosa, portanto, com elevado nível de desemprego, as perspectivas de lucro diminuem, e logo, o empresário estará pouco propenso a aumentar os seus investimentos. Mas é exatamente nessa hora que os investimentos são necessários. Como o empresário não se dispõe a investir, o governo deve fazer isso, aumentando os seus gastos (para isso ele precisa aumentar os seus recursos, aumentando impostos ou contraindo dívidas) para eliminar o desemprego do país.” (Krugman, 2005).

Portanto, as políticas adotadas pós-crise pelo atual governo de Barack Obama, são Keynesianas. Keynes se preocupava com o pleno emprego, com o bem estar das pessoas, em um período de crise, a principal proposta para diminuir os danos era a intervenção do governo. Para Keynes o governo deveria intervir, para assegurar o pleno emprego, pois sem renda não haveria consumo, sem consumo sem demanda, sem demanda, as empresas teriam que mandar muitos trabalhadores embora, aprofundando ainda mais a crise.

Por isso, as políticas do governo Obama são diretrizes de Keynes, talvez por isso, ainda sendo tão criticada pela população, já que os estadunidenses tem origem liberal e qualquer proposta contrária a esta, acaba sendo mal vista.

Contudo, a economia norte-americana vem mostrando-se cada vez mais forte, acredito que ao decorrer dos fatos positivos que vem acontecendo, os norte-americanos ficaram mais tranquilos e quem sabe, os republicanos parem de impedir as eventuais implementações das legislações da lei Dodd-Frank propostas por Barack Obama.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da queda dos preços dos imóveis e a desvalorização dos ativos financeiros originados e distribuídos a partir dos pacotes de créditos hipotecários, títulos podres, veio o colapso que escancarou o estoque de endividamento das famílias e das instituições financeiras.

Após a crise transbordar para o mundo todo, medidas foram adotadas pelo governo dos EUA para diminuir as catástrofes econômicas decorrentes da crise. Depois de cinco anos após a crise eclodir, os EUA vem ressurgindo cada vez mais forte no âmbito do cenário econômico.

Isso se dá através das novas medidas Keynesianas adotadas pelo atual governo, não que os EUA vão abandonar de vez suas crenças neoliberais, mas começaram a adotar medidas que são completamente contraditórias a tudo que foi vivenciado, o que nos mostra, que assumiram seu erro e por conta disso, estão a procura de propostas que os levem de volta a uma economia estabilizada.

Para a concepção Keynesiana, o objetivo é mostrar que as decisões de investimentos, poupança e financeiras são determinadas em uma economia monetária, onde havendo uma incerteza sobre o futuro, o processo de produção demanda tempo. A economia não está em um estado permanente de pleno emprego, na medida em que as leis de mercado são incompatíveis com a instabilidade do próprio capitalismo.

Por isso, o Fed injetou dinheiro para manter os bancos estadunidenses em pé, é necessário gerar renda, se não a situação fica cada vez pior, o processo é lento, no entanto, a certeza de que dará certo, já vem de muitas décadas atrás, como o caso da crise da Grande Recessão.

Porém, com as eleições parlamentares de 2010, o Partido Republicano que nunca foi entusiasta da regulamentação dos mercados financeiros, agora adota táticas obstrucionistas para barrar a implementação do Dodd-Frank. Enquanto o presidente for democrata, mas a maioria das casas for republicanas, muitos empecilhos continuarão a vir, o que cada vez mais atrasara o crescimento econômico do país.

Na sociedade, a grande crítica é feita através do movimento Occupy Wall Street, o qual aponta as desigualdades causadas pela desregulamentação financeira, porém, esse apoio obtido através do grupo jovem vem diminuindo, devido à crise europeia, que é atribuída a ineficácia dos governos e o excesso de endividamento.

Dada à tradição liberal dos EUA, as divisões partidárias no Congresso, a diminuição da pressão popular por regulamentação e foco nas eleições de 2012,

somadas às barragens que a lei Dodd-Frank vem sofrendo, é possível compreender que a reforma do sistema financeiro ainda passará por momentos de dificuldades, tanto por desafios políticos como sociais, mas acredito que as medidas keynesianas que vem sendo adotadas pelo governo, provarão mais uma vez que as ideias de John Maynard Keynes são capazes de superar uma crise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRESSER-PEREIRA, *Crise e Recuperação da Confiança*. Associação Keynesiana Brasileira (AKB), *Dossiês I*. Disponível em: <www.akb.org.br> Acesso em 30 de agosto de 2013.

CARDIM, Fernando, *Entendendo a Recente Crise Financeira Global*. Associação Keynesiana Brasileira (AKB), *Dossiês I*. Disponível em: <www.akb.org.br> Acesso em 30 de agosto de 2013.

FERRARI, Fernando, *Os “Keynesianos” Neoclássicos e os Pós-Keynesianos*, Ensaio FEE, Porto Alegre, (12) 2:340-348, 1991, IE 00001672-6.

FERRARI, Fernando, PAULA Luiz. *Apresentação: Pode “Ela” Acontecer de Novo?* Associação Keynesiana Brasileira (AKB), *Dossiês I*. Disponível em: <www.akb.org.br> Acesso em 30 de agosto de 2013.

FIORI, José Luís (org.), *O Poder Americano*, SERRANO, Franklin “*Relações de Poder e a Política Macroeconômica Americana, de Bretton Woods ao padrão Dólar Flexível*”, p.179, 3ªed- Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GALBRAITH, John Kenneth, *A Crise Econômica de 1929 - Anatomia de uma catástrofe financeira*, Cap. VI, *A Derrocada*, Publicações Dom Quixote.

GALBRAITH, John Kenneth, *A Era da Incerteza*, Cap.VII, *A Revolução dos Mandarins*, p.195.

HARVEY, David, *O neoliberalismo: história e implicações*, 3ª edição, 2012.

HERMANN, Jennifer, *Da liberalização à Crise Financeira Norte-Americana: a morte anunciada chega ao paraíso*. Associação Keynesiana Brasileira (AKB), *Dossiês I*. Disponível em: <www.akb.org.br> Acesso em 30 de agosto de 2013.

HUNT e SHERMAN, *História do Pensamento Econômico*, Cap. XI – *A Teoria Econômica Keynesiana e a Grande Depressão*, 5ª edição.

KEYNES, John Maynard, *As Consequências Econômicas da Paz*, ABREU, Marcelo, Prefácio.

KEYNES, John Maynard, *A teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, Editora: Relógio D'Água.

KRUGMAN, E. *The great unravelling: Losing our way in the twentieth century*. New York, Norton, 2003.

MATOS, Paulo Todescan; ABDAL, Alexandre (2010). *Estados Unidos: mudanças jurídico-institucionais e inovação*. ARBIX, Glauco et al (org.). *Inovação: estratégia de sete países*. (Cadernos da Indústria ABDI, XV) Brasília, DF: ABDI, 2010.

MILANI, Marcelo, *A Crise Financeira nos EUA: Causas, Consequências e Desdobramentos Teóricos*, Revista Soc. Bras. Economia Política, N°33, p.103-145, outubro de 2012.

MOLLO, Maria, *Crise e Deflação de Ativos: por quê?* Associação Keynesiana Brasileira (AKB), *Dossiês I*. Disponível em: <www.akb.org.br> Acesso em 30 de agosto de 2008.

Notícia *Fed propõe taxas para cobrir gastos de regulamentação*. Disponível em: <www.opeu.org.br/2013/04/15/fed-propoe-taxas-para-cobrir-gastos-de-regulamentacao> Acesso em 13 de dezembro de 2013.

PRETO, Carolina, *A recuperação nos EUA: Lenta, Constante e cada vez mais robusta*, Panorama EUA, p. 4-8, Vol.3, N°5, Junho de 2013. Disponível em: <www.opeu.org.br>. Acesso em 13 de dezembro de 2013.

ZAHRAN Geraldo, CAMARGO Carolina. Os impasses orçamentários nos EUA para além de seus impactos fiscais. Panorama EUA, N°2, p.12, dezembro de 2011. Disponível em: <www.opeu.org.br>. Acesso em 13 de dezembro de 2013.

ZAHRAN Geraldo, TIBAU Victor. *Desafios da Reforma do Sistema Financeiro nos Estados Unidos*. Panorama EUA, N°2, p.8, dezembro de 2011.